

**ATA DE REUNIÃO Nº 04/2024 DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO
INPREVID – 17/04/2024**

Aos 17 dias do mês de abril de 2024, às 08:30, na sede do INPREVID, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos - o Presidente Vilso Vanz, a Tesoureira Juliane Maria Colle Wartha e o Membro Wolmar Erdmann -, para a reunião ordinária deste mês. O Presidente Vilso deu boas-vindas e iniciou os trabalhos apresentando a Análise dos Investimentos em março/2024: Composição da Carteira de Investimentos: Fundos em Renda Fixa: **43,45%**; Fundos em Renda Variável: **11,19%**; Fundos Multimercado: **0,00%**; Investimentos no Exterior: **3,62%**; Títulos Públicos (NTN-B): **41,73%**. Recursos Financeiros Aplicados: **R\$ 352.954.326,20**. Recursos em Conta Corrente: **R\$ 51,52**. Rentabilidade média da carteira: **0,92%**. Rendimento: **R\$ 3.235.966,87**. **Destques:** 1) Rentabilidade positiva dos Títulos Públicos (NTN-B): média de +1,00%; 2) Rentabilidade positiva dos investimentos no exterior: Caixa Institucional BDR: +3,48%; 3) Rentabilidade negativa dos fundos de renda variável: BB Ações Governança: -0,50%. **Aplicações:** R\$ 45.804.108,34; **Resgates:** R\$ 45.780.394,58; **Saldo entre aplicações e resgates:** +R\$ 23.713,76. **Recebimento de cupons de juros de NTN-Bs: R\$ 2.484.131,93**. Distribuição dos recursos do INPREVID: BB Gestão DTVM: 30,47%; Caixa DTVM: 27,52%; Títulos Públicos: 41,73%; e Banrisul Corretora: 0,28%. O Presidente Vilso Vanz destacou a compra de cerca de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) em títulos públicos (NTN-B 2035-05, Taxa 5,710% R\$ 9.990.899,58; NTN-B 2035-05, Taxa 5,829% R\$ 9.998.006,70). Foram adquiridos mais R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) em títulos públicos em abril de 2024 (NTN-B 2035-05, Taxa 5,866%, R\$ 4.999.200,05), totalizando, assim, R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões). **O Comitê de Investimentos está analisando a conjuntura econômica e recomenda ao Conselho Administrativo o aporte futuro de mais recursos em títulos públicos, devido à perspectiva de queda da Bovespa e aumento das taxas de juros desses títulos públicos federais.** Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, assim como esta ata, que segue assinada pelos presentes.

VILSO VANZ
Presidente do INPREVID e
Presidente do Comitê de Investimentos

JULIANE MARIA COLLE WARTHA
Tesoureira do INPREVID e
Membro do Comitê de Investimentos

WOLMAR ERDMANN
Membro do Comitê de Investimentos

ANEXO ÚNICO: COMENTÁRIOS À CONJUNTURA ECONÔMICA:

Março foi um mês em que, a partir das projeções dos membros do Federal Reserve (Fed), repercutiram-se discussões sobre o processo desinflacionário e desempenho econômico dos Estados Unidos. Apesar do comunicado ter apresentado um caráter mais duro, o mercado interpretou as declarações do presidente do Fed, Jerome Powell, como mais brando e, desse modo, contribuiu para sustentar os preços dos ativos de risco norte-americanos. Por outro lado, no mercado local, os ativos de risco não acompanharam seus pares globais, pois ocorreu uma ampliação de incertezas domésticas e uma precificação mais elevada da taxa de juros terminal brasileira.

Nos Estados Unidos, o resultado oficial do Produto Interno Bruto (PIB) aumentou a uma taxa anual de 3,4% no quarto trimestre de 2023, refletindo um forte desempenho da economia norte-americana, ainda que a política monetária esteja contracionista.

Em conformidade com a observação de uma economia aquecida, o relatório Payroll trouxe os dados prévios da criação de empregos que ficaram acima do esperado em fevereiro. No entanto, apesar dos 275 mil novos empregos, houve uma revisão nos dados de meses anteriores, promovendo uma elevação na taxa de desemprego e uma leitura de desaceleração lenta do mercado de trabalho.

Em relação à inflação, o Índice de Preços ao Consumidor (CPI) continuou apresentando uma resistência contra o movimento de queda. O CPI variou 0,4% na base mensal, mas acelerou para 3,2% na base anual. Já o Índice de Preços das Despesas com Consumo (PCE) desacelerou para 0,3% no mês, mas subiu 2,5% em 12 meses. Observa-se uma pressão além do esperado, porém, permanece a hipótese de tendência de desinflação gradual.

Diante dos preços elevados e resiliência da atividade econômica, o Fed manteve a taxa de juros de referência entre 5,25% e 5,50%. O comunicado da reunião foi mais prudente, entretanto, permanece o plano de três cortes até final de 2024 e aceitação de uma inflação acima da meta. O mercado permanece dividido sobre o início do ciclo de queda, em que, parte acredita em uma inflexão no movimento dos preços a partir de um corte de juros precipitado. Em contrapartida, um atraso na dinâmica dos juros poderia trazer riscos à atividade econômica. Portanto, necessita-se de maior confiança para iniciar o ciclo de corte dos juros e a maioria do FOMC acredita que este ano haverá pelo menos uma queda. Na Zona do Euro, a preliminar do CPI de fevereiro continuou apresentando a tendência de desaceleração da inflação, mas com os preços pressionados no setor de serviços. O maior risco advém de um mercado de trabalho apertado, com reajustes salariais acima da inflação. Apesar da tendência de desinflação, haverá a necessidade de manter juros altos por um prazo maior, condizente com as declarações da presidente do Banco Central Europeu, Christine Lagarde. Contudo, alguns membros da autoridade monetária não descartaram a possibilidade de iniciar a flexibilização dos juros na reunião em abril.

Na China, o destaque ficou para a leitura de preços em fevereiro, que atenuou os temores da continuidade deflacionária. O CPI registrou uma alta anualizada de 0,7%, no entanto,

ainda permanece a incerteza sobre a direção inflacionária, visto que o resultado pode estar vinculado aos maiores gastos relacionados ao feriado de Ano Novo Lunar.

Por outro lado, o mercado permaneceu receoso com a falta de um plano sólido de estímulos após a reunião parlamentar chinês. A ênfase do anúncio foi a determinação de uma meta ambiciosa de crescimento econômico em 5,0%, com foco no suporte industrial e na posição mais dura sobre o setor imobiliário.

No Brasil, os investidores receberam diversas notícias sobre a condução orçamentária em fevereiro, que deterioraram as perspectivas de que haveria uma disciplina fiscal. Apesar da arrecadação ter atingido o patamar de R\$ 186 bilhões, com maior recolhimento de impostos, o governo central apresentou um déficit de R\$ 58 bilhões, pior resultado da séria histórica para o mês avaliado. Os pagamentos de precatórios foram os grandes responsáveis pelo resultado, porém, também se observou uma elevação em gastos previdenciários e de ministérios.

Adicionalmente, o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas mostrou a necessidade de bloquear R\$2,9 bilhões de recursos do governo federal, com o intuito de cumprir os limites de despesas previstos no arcabouço fiscal. No período analisado, a Lei Orçamentária Anual (LOA) projetava superávit de R\$ 9,1 bilhões, mas o resultado efetivo foi deficitário em R\$ 9,3 bilhões. Apesar disso, o governo pode chegar a um déficit de até R\$ 28,8 bilhões pelas regras do arcabouço e, portanto, a meta fiscal estaria sendo cumprida, uma vez que o resultado ficaria dentro do intervalo de 0,25 ponto percentual.

Apesar do resultado desastroso, o governo ainda não mostrou uma intenção de alterar a meta de déficit zero neste ano, o que é visualizado como incerteza pelo mercado. A baixa popularidade do governo cria uma perspectiva de elevação de gastos e, conseqüentemente, penaliza os ativos de riscos associados à parte mais longa da curva de juros.

No campo monetário, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a Selic para 10,75%, após o corte de 0,50 ponto percentual. Os destaques desta última reunião envolveram uma nova orientação para os próximos passos da autoridade monetária. Dessa vez, o Copom contratou somente mais uma queda de mesma magnitude para a próxima reunião, pois necessita de mais flexibilidade monetária na condução dos juros à medida em que se sucede a ampliação de incertezas.

Os próximos meses detêm um maior nível de indeterminação sobre os preços, pois, recentemente, surgiram surpresas inflacionárias no setor de serviços, que ficaram acima da meta do comitê. Ademais, o mercado de trabalho resiliente e reajustes salariais acima da inflação podem dificultar o processo de desinflação. Entretanto, é relevante mencionar que o cenário-base não se alterou substancialmente, mas exige mais prudência por parte do Banco Central, uma vez que uma decisão equivocada provocaria excesso de volatilidade nos ativos de risco e uma perda de credibilidade.

Sobre os dados econômicos, a indústria recuou em janeiro, após dois meses de alta. Por outro lado, varejo e serviços avançaram devido ao maior consumo das famílias e aos efeitos desinflacionários. No agregado, o IBC-Br ficou acima do esperado no período, o que culminou em melhores revisões para o crescimento econômico brasileiro, que, por sua vez, renovarão as projeções da Selic terminal em 2024. O desempenho expressivo da



ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de Videira

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira –
INPREVID

atividade econômica foi retratado conjuntamente com a robustez do mercado de trabalho, após o Caged informar a geração de 474 mil empregos nos primeiros meses do ano. A evolução das bolsas mundiais foi positiva, com exceção do Ibovespa, que apresentou um dos piores desempenhos no primeiro trimestre de 2024. Os índices de renda fixa (pré e indexado à inflação) apresentaram um resultado positivo, mas abaixo do CDI. Apesar dos bons fundamentos, como a queda da inflação e dos juros, além da revisão altista do PIB, a questão fiscal preocupou os investidores. Além disso, no cenário externo, os juros norte-americanos renovaram uma percepção mais cautelosa por parte dos Bancos Centrais mundiais. Por fim, a tendência de fortalecimento do dólar pressionou as demais moedas.

VILSO VANZ
Presidente do INPREVID e
Presidente do Comitê de Investimentos

JULIANE MARIA COLLE WARTHA
Tesoureira do INPREVID e
Membro do Comitê de Investimentos

WOLMAR ERDMANN
Membro do Comitê de Investimentos